



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE REGIONAL DE ENSINO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

São João da Boa Vista, 19 de novembro de 2025.

Comunicado nº 18/2025-SEFREP

Assunto: Férias

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, Lei 10.261 de 1968, art. 176: O funcionário terá direito ao gozo de 30 (trinta) dias de férias anuais, observada a escala que for aprovada.

§ 3º - O período de férias será reduzido para 20 (vinte) dias, se o funcionário, no exercício anterior, tiver, considerados em conjunto, mais de 10 (dez) não comparecimentos correspondentes a faltas justificadas e injustificadas ou às licenças previstas nos itens IV, VI e VII do artigo 181. (NR)

Ou seja,

Quantidade de dias a usufruir por ano:

Parcela única de 30 (trinta) dias ou 2 parcelas iguais de 15 (quinze) dias;

Parcela única de 20 (vinte) dias ou 2 parcelas iguais de 10 (dez) dias.

O período de férias será reduzido para 20 dias se o servidor tiver mais de 10 (dez) dias de não comparecimentos no exercício anterior (entre 01/01 a 31/12).

Acompanha este comunicado: Relatório de incidências, onde a Unidade Escolar pode consultar qual desconto é gerado de acordo com cada falta.

A Unidade Escolar pode consultar na tabela as faltas que são descontáveis para efeito de férias.

Na coluna FÉRIAS, N significa NÃO desconta para computo de férias.

Na coluna FÉRIAS, S significa que a falta é descontável para férias.

Por exemplo:

001 - Licença Saúde - N - Não é considerado falta para Férias

009 - Licença Prêmio - N - Não é considerado falta para Férias

039 - TRE e Serviço obrigatório por lei - N - Não é considerado falta para Férias

107 - Licença Sem vencimentos (art. 202) - S - é considerado falta para Férias

275 - Falta Médica - N - Não é considerado falta para Férias

390 - Falta Justificada - S - é considerado falta para Férias

391 - Falta Injustificada - S - é considerado falta para Férias

De acordo com Equipe CEPAG-CGRH O código 253 (Interrupção de Exercício - IE) é considerado falta para o computo de férias.

Na tabela de incidências consta como N e se refere à contagem de tempo.

Docente com contrato iniciado em 01/04/2022, completará um ano de contrato em 04/2023, independente de IE.

Ou seja, para considerar um ano de vínculo o código 253 não é considerado falta.

A IE é considerada falta para determinar se o docente faz jus a 20 dias ou 30 dias de férias no ano seguinte.

§ 4º - Durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício.

Artigo 177 - Atendido o interesse do serviço, o funcionário poderá gozar férias de uma só vez ou em dois períodos iguais.

Artigo 178 - Somente depois do primeiro ano de exercício no serviço público, adquirirá o funcionário direito a férias.

Ou seja, docente contratado a partir de 02/2025 não terá o requisito mínimo de um ano em 01/2026.

Não terá férias em janeiro, deve permanecer em recesso escolar de acordo com a calendário escolar.

No conceito de “Tempo mínimo de um ano de vínculo” consideramos contrato e nomeação, não consideramos Designações.

Parágrafo único - Será contado para efeito deste artigo o tempo de serviço prestado em outro cargo público, desde que entre a cessação do anterior e o início do subsequente exercício não haja interrupção superior a 10 (dez) dias.

Exemplos:

1- Docente com contrato início em 02/2024 e extinção de contrato a partir de 20/01/2026. Ingresso no cargo de PEFM com efetivo exercício a partir de 20/01/2026.

Resposta: Possui uma parcela de férias em 01/2026 como categoria O e uma parcela de férias em 07/2026 como efetivo. Desde que: tenha carga horária atribuída e não esteja acumulando cargos.

2- Docente com contrato início 02/2024 optou em permanecer com o contrato ativo (acúmulo).

O ingresso no cargo efetivo será em 01/2026, portanto, não terá férias em julho/2026 por não possui um ano de vínculo.

3- Docente com contrato início em 02/2025 com extinção contratual em 20/01/2026 e ingresso como PEFM em 20/01/2026.

Resposta: não terá férias em 01/2026 pois não tem um ano de contrato. Terá a primeira parcela de férias em 07/2026 e segunda parcela em 12/2026.

Artigo 179 - Caberá ao chefe da repartição ou do serviço, organizar, no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá alterar de acordo com a conveniência do serviço.

Considerando o cronograma de pagamento, a Secretaria da Educação deve organização a Escala de Férias em novembro, de forma que a Unidade Escolar e a Unidade Regional de Ensino tenha tempo hábil para providenciar o pagamento dos servidores que terão afastamento em janeiro.

A Direção Escolar deve se atentar às seguintes regras ao criar a Escala de Férias:

- I- O servidor deve possuir no mínimo 1 ano para o início do gozo de férias, conforme orientado acima.
- II- O período de Férias deve iniciar em dia útil.
- III- Evitar início de Férias em dia com alta probabilidade de suspensão de expediente.

Exemplos:

Feriado terça feira - não escolher o início na segunda feira.

Feriado quinta feira - não escolher o início na sexta feira.

Carnaval: não escolher o início entre 16 e 17/02.

Lembrando que o dia 18/02 provavelmente será parcial.

- IV- Evitar o final das férias em dias que não são úteis.
Exemplo: se a quinta feira é feriado, provavelmente a sexta feira será suspensão de expediente. Portanto, as férias devem terminar no máximo até quarta feira (antes do feriado). De forma que o servidor não seja prejudicado em dois dias de férias (feriado e suspensão de expediente).
- V- O Gerente de Organização Escolar deve evitar férias durante a remessa de pagamento se não tem um substituto OU se o substituto não tem conhecimento suficiente para ser responsável pela remessa de pagamento. De forma que a Unidade Escolar não perca os prazos estabelecidos pelo cronograma mensal.

ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

ITEM 1- Férias de servidores municipalizados: Os servidores afastados no Convênio Estado x Município acompanham as férias do calendário escolar Municipal.

NÃO citar na escala de férias os servidores afastados no convênio Estado x Município.

A Seção de Frequência e Pagamento entrou em contato com os municípios e solicitou o período de férias. Encaminharemos orientação por e-mail às Unidades Escolares informando os períodos de férias de cada Município e orientações para a Unidade Escolar providenciar o pagamento destes.

ITEM 2 - Férias de docentes readaptados: Acompanham os pares. Em 2026 as férias Escolares estão previstas para os períodos de 02 a 16/01/2026 e de 07 a 21/07/2026.

NÃO INCLUIR NA ESCALA DE FÉRIAS, os docentes recebem automático.

Não é caso de SIPAF.

ITEM 3 - Férias de CGP, CGPG e CGPAC (antigos PC, PCG, PCA, PCAE): Acompanham os pares.

Férias regulamentares nos períodos de 02 a 16/01/2026 e de 07 a 21/07/2026.

Informar na escala de férias, pois cada ano temos uma definição diferente em relação ao pagamento. Desta maneira teremos os períodos informados com antecedência.

ITEM 4 - Docente Possui Contrato Com Início Após 02/2025:

Docente neste caso não faz jus às férias em janeiro/2026 por não possuir um ano de vínculo - durante as férias docentes permanece em recesso.

Completo o 1º ano de contrato após janeiro, deve usufruir 1º parcela de férias em julho junto com os pares.

O período da 2ª parcela fica a critério da Direção Escolar, priorizando sempre o processo pedagógico.

Se possível, manter a segunda parcela em julho ou em dezembro.

Atenção especial com docentes com aulas atribuídas em substituição – não há férias durante Interrupção de exercício. Caso necessário, encaminhar formulário 05 para alterar o período de férias.

A Direção Escolar é responsável pelas alterações de férias, deve informar no campo OBS a justificativa para o docente não usufruir junto com os pares.

ITEM 5 - Atribuição Em Substituição ao docente enquanto estiver em Férias:

Caso o docente esteja em férias durante o período letivo, a substituição ocorre em caráter eventual.

ITEM 6 - Alteração De Carga Horária Durante As Férias:

Orientação recebida da Equipe CEPAG-CGRH referente a alteração de carga horária durante as férias docentes:

Qualquer alteração na carga horária ocorrida no período de férias deve ser alterada na SED, com a vigência no dia subsequente ao término das férias.

Exemplo:

Férias escolares de 02 a 16/01/2025 e de 01 a 15/07/2025.

Docente "A" possui afastamento (LS, Auxílio Doença, Maternidade, Gestante, etc) até 08/07.

Docente "B" possui aulas atribuídas em substituição ao docente "A".

O Docente "B" não terá alteração de carga horária durante as férias.

Ou seja, deve permanecer com a mesma carga horária até o final das férias escolares em 15/07/2024.

A Unidade Escolar deve associar os demais dias com a mesma carga horária durante o período de férias.

Seguindo o exemplo acima: Associar em substituição até 08/07 (igual ao titular) + Associação como Ação Judicial de 09 a 15/07 (mesma carga horária).

Outro exemplo: docente "A" com LS até 30/06, docente "B" com aulas associadas em substituição até 30/06 e nova associação como Ação Judicial para o período de 01/07 a 15/07/2025.

ITEM 7 - Afastamentos Concomitantes Com Férias:

Não são permitidos afastamentos concomitantes.

Portanto, para os docentes com Interrupção de Exercício, Auxílio Doença, Licença Saúde, afastamento aguardando aposentadoria, auxílio maternidade, licença gestante, etc, durante o período de férias escolares: Encaminhar formulário 05 anulando o pagamento indevido.

Citar no formulário 05 no campo OBSERVAÇÃO o motivo.

Exemplo: docente com Interrupção de exercício a partir de xxxx.

Encaminhar por e-mail, em PDF, devidamente assinado.

Um arquivo (PDF) para cada formulário.

ITEM 8 - Auxílio Doença, Licença Saúde, Auxílio Maternidade Ou Licença Gestante Concomitante Com Férias:

O servidor deve usufruir as férias no retorno, desde que tenha aulas atribuídas. Não deixar acumular para dezembro, deve ocorrer no retorno imediato.

EXEMPLO: docente com Licença Saúde no período de 01/07 a 31/08 - primeiramente confirmar se tem aulas atribuídas.

Gozo das férias no retorno em 01/09, desde que não seja concomitante com outro afastamento e tenha aulas atribuídas.

ITEM 9 - Verificação De Pagamento De Férias:

O Pagamento de férias referente a 01/2026 será processado em 12/2025.

Neste momento o sistema não tem a informação referente à frequência dos servidores ocorrida nos meses de 11/2025 e 12/2025.

Portanto, a Unidade Escolar deve se atentar com os servidores que tiveram a 11ª falta em 11/2025 ou 12/2025, de forma que o servidor terá o período de férias reduzido para 10 dias ou 20 dias.

Atenção em especial aos docentes com previsão de férias em julho diferente da quantidade de dias ocorridos em janeiro.

Isso não pode acontecer. As duas parcelas são exatamente iguais.

Se as parcelas estão divergentes: a Unidade Escolar deve verificar qual a correta e encaminhar formulário 05 para regularizar o pagamento - anulando o período errado e pagando o correto.

Considerando a frequência de 01/01/2025 a 31/12/2025, servidores com até 10 faltas terão 30 dias de férias em 2025; servidores com mais de 11 faltas terão 20 dias de férias.

ITEM 10 - Corrigindo O Pagamento De Férias:

O Pagamento de férias deve ocorrer exatamente igual ao período informado no livro ponto.

Para correção de pagamento: encaminhar formulário 5 anulando o período errado e pagando o período correto.

ITEM 11 - Docente Categoria O Com Interrupção De Exercício Durante As Férias Escolares:

A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.093, DE 16 DE JULHO DE 2009, prevê:

Artigo 7º - A contratação será efetuada pelo tempo estritamente necessário para atender às hipóteses previstas nesta lei complementar, observada a existência de recursos financeiros e o prazo máximo de 12 (doze) meses. (NR)

§ 2º - Os direitos e obrigações decorrentes da contratação para função docente ficarão suspensos sempre que ao contratado não forem atribuídas aulas. (NR)

Portanto, não há férias docentes concomitantes à Interrupção de exercício.

ITEM 12 - RESOLUÇÃO SEDUC Nº 125, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025 - Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2026.

Artigo 2º - Na elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2026, as unidades escolares da rede estadual deverão considerar:

V - Férias docentes: 02/01/2026 a 16/01/2026 e 07/07/2025 a 21/07/2026

VI - Recesso escolar: 17/01/2026 a 31/01/2026 e 19/12/2026 a 31/12/2026

Parágrafo único: A Equipe de Especialistas em Currículo os Coordenadores de Gestão Pedagógica terão direito a férias regulamentares nos períodos indicados no inciso V, deste artigo.

ITEM 13 - Preenchimento Do Formulário 5:

Mês de referência: se refere ao mês anterior.

Por exemplo: no início de janeiro/2026 estamos trabalhando referente a 12/2025. Trabalharemos na remessa de janeiro referente aos pagamentos processados em 12/2025. Então deve preencher neste caso mês/ano de referência 12/2025.

Para os demais meses seguir a lógica.

CRDPe: "DDP-VI"

RSPVEX - cuidado com este campo, verifiquem no PAPC 11.2.1

EX é da pessoa, não informar no formulário o tipo de EX.

Por exemplo: Vice possui EX tipo 16. Não informar no formulário EX 16, informar o EX que a pessoa consta como ATIVO. Pode ser 01, 02, 03, 04... a Unidade Escolar precisa consultar o PAPC 11.2.1 e informar o EX (primeira coluna, não a última).

Função: Caso o servidor esteja na nova carreira, pode manter a nomenclatura anterior, não recebemos modelos com funções atualizadas;

Período: informar início e fim;

Exercício (campo visível na frente do período): Preencher exercício 2026 se for correção de períodos usufruídos em 2026.

Observação: neste campo a Unidade Escolar deve informar que está anulando e pagando em virtude de Licença Gestante/Maternidade, ou justificar que o período é diferente da resolução em virtude de ter completado um ano de vínculo em xxxxxxxx.

ITEM 14 - DECRETO N. 29.439, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1988

Dispõe sobre o acréscimo de 1 /3 (um terço) ao valor da retribuição mensal de funcionários e servidores do Estado, quando em gozo de férias.

Atenciosamente
Maria Emilia Boaventura
Chefe de Seção – Seção de Frequência e Pagamento